

O aperto nas linhas de curto prazo

por Maria Clara R. M. do Prado de Washington

O presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, assim que retornar a Brasília da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), vai definir a adoção de medidas que visam resguardar as agências de bancos brasileiros no exterior da pressão dos bancos credores internacionais sobre as linhas de curto prazo, em especial sobre os depósitos interbancários.

Na semana passada, entre quarta-feira e quinta-feira, uma forte preocupação com a pressão dos bancos credores sobre as linhas de curto prazo levou o governo a temer pela situação dos bancos brasileiros no exterior. A rigor, as linhas do depósito interbancário (projeto 4) e de financiamento ao comércio (projeto 3), da renegociação da dívida externa, representam hoje o único poder de fogo que os bancos estrangeiros podem acionar contra o País no embaite da questão dos atrasados. O presidente do BC, no entanto, não está disposto a esperar que o pior aconteça.

"Não será por aí que seremos forçados a assumir juros cujo pagamento não temos condições de fazer agora", disse ontem o presidente do Banco Central a este jornal, confirmando que de fato foram fortes os boatos e informações que chegaram ao governo, na semana passada, indicando a disposição dos bancos em fazer um movimento mais audacioso de retirada de recursos daquelas linhas. Segundo Eris, não chegou a haver nenhuma atitude mais drástica, além daquelas que já vêm sendo observadas da parte dos bancos credores de modo lento e gradual.

(Continua na página 24)

O Brasil está prejudicando suas próprias chances de concluir o reescalamento da dívida externa, disse ontem o "chairman" do Deutsche Bank, Hilmar Kopper. Com duras críticas à postura brasileira, Kopper classificou de "má vontade" a suspensão dos pagamentos de juros pelo País. Ele teme que o governo Collor esteja economizando reservas para recomprar parcela da dívida no mercado secundário.

(Ver página 24)

O aperto nas linhas de curto...

por Maria Clara R. M. do Prado
de Washington
(Continuação da 1ª página)

ao longo dos últimos dois anos, e que trouxe o montante de cerca de US\$ 11 bilhões de linhas do projeto 3 e 4 (conforme negociadas em 1988) para o nível calculado hoje em torno de US\$ 8 bilhões.

Ibrahim Eris enumerou para este jornal as providências que serão acionadas nos próximos dias: "Estamos montando um esquema que viabiliza a capitalização das agências de bancos brasileiros no exterior e vamos retomar os pagamentos ao exterior dos recursos envolvidos no sistema de transferência das linhas do projeto 4 para o projeto 3", disse ele. Por aquele sistema, acertado no último acordo de renegociação, os bancos credores podiam transferir recursos do interbancário para as linhas de financiamento ao comércio e, na mesma proporção, o Banco Central (BC) se comprometia a quitar o equivalente do crédito que aquelas agências de bancos brasileiros no exterior têm junto a devedores finais dentro do País, basicamente do setor público.

No ano passado, em parcelas trimestrais de US\$ 150 milhões, o governo desembolsou a totalidade dos US\$ 600 milhões previstos de pagamentos de principal para as agências brasileiras. Neste ano, nada foi desembolsado até aqui. Eris explicou que o atrasado chega a US\$ 450 milhões (referente às parcelas de março, de junho e mais a parcela cujo pagamento está previsto para setembro) e adiantou que pretende colocar esses compromissos em dia, tão logo esteja de volta a Brasília. A última parcela do esquema, de US\$ 150 milhões, só tem pagamento previsto em dezembro deste ano.

O BC também quer viabilizar operação pela qual o banco no País poderá remeter para o exterior parte dos resultados obtidos internamente, com o objetivo de capitalizar suas agên-

cias localizadas em outros países. Hoje, qualquer investimento brasileiro no exterior só pode ser feito mediante compensação cambial em ouro, o que, no caso das agências de bancos credores, acaba não compensando em nada.

Ainda dentro do esquema montado pelo governo, Eris acenou com a possibilidade de o BC dar um impulso aos pedidos que porventura receber por parte de bancos brasileiros, no sentido de que transformem linhas do projeto 4 em aplicações de mais longo prazo, como "commercial papers" emitidos pelos bancos credores internacionais. Já há precedente desse tipo de operação. No ano passado, como se recorda, o BC aprovou um pedido de autorização do Banco Itaú que transformou parte do interbancário em recursos aplicados em "commercial paper", com um cronograma de vencimento muito mais vantajoso para as agências do banco no exterior.

O diretor regional da agência do Banco Real em Nova York, Humberto Carvalho, contou ontem para este jornal que os bancos brasileiros estão pagando muito mais caro pela liquidez no exterior. "Boa parte das linhas de curto prazo que envolviam os compromissos negociados nos projetos 3 e 4 desapareceu, há linhas voluntárias, mas a um custo muito elevado", disse ele, atestando que a situação atual obriga os bancos brasileiros na verdade a trabalhar no exterior com liquidez muito maior do que a normal, como meio de prevenção contra "incertezas e os movimentos que podem ocorrer no mercado, em consequência da dificuldade em se encontrar uma solução para a dívida".

Carvalho qualificou as agências de bancos brasileiros no exterior como "reféns" do sistema financeiro internacional, já que estão hoje sob a ameaça de perder as linhas de financiamento de curto prazo de uma hora para outra. O Banco Real, depois do Banco do Brasil (BB) e do Ban-

co do Estado de São Paulo (Banespa), é a instituição bancária brasileira no exterior que mais tem "exposure" — volume de crédito em seus ativos — contra devedores no Brasil.

A estimativa de que as linhas de financiamento de curto prazo, com renovação automática dentro do acordo de renegociação da dívida externa, estejam hoje em torno de US\$ 8 bilhões encontra consenso entre os bancos brasileiros, mas é uma previsão grosseira. A rigor, ninguém tem hoje condições de medir quanto representam por dois motivos: primeiro, alguns bancos credores que assinaram o acordo com o Brasil venderam aqueles créditos no mercado secundário para bancos de menor porte, que não têm qualquer compromisso contratual de manter o dinheiro aplicado no sistema financeiro brasileiro e, segundo, porque outros credores têm feito em combinação com os próprios bancos brasileiros no exterior as chamadas operações de "fronting".

A operação de "fronting", de conhecimento do Banco Central, passa pelo seguinte caminho: o banco credor "aluga" o passivo contábil de uma agência de banco brasileiro no exterior através, por exemplo, de um depósito interbancário. O banco brasileiro, combinado com o banco credor, faz uma operação de empréstimo ou de aplicação no mesmo valor para o lugar indicado pelo próprio banco credor, que pode ser um paraíso fiscal, como as ilhas de Grand Cayman. Portanto, os recursos não ficam com a agência do banco brasileiro no exterior, mas o banco credor tem condições de provar junto ao governo brasileiro que está com o dinheiro aplicado em uma linha de curto prazo, como prevê o contrato de renegociação da dívida externa. O resultado de todas essas operações é que as cifras do BC, indicando o montante de recursos envolvido nas linhas dos projetos 3 e 4, estão longe da realidade efetivamente verificada.